



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Mundo do Trabalho.

Ensaio sobre Trabalho, Colonialismo e Serviço Social

Ana Clara Gomes Picolli¹
Bianca Priuli de Andrade²
Débora de Cássia Fernandes Silva³
Vitoria de Miranda Ferreira⁴

Resumo: O presente ensaio é produto das discussões e sínteses realizadas durante o Programa de Pós-graduação na modalidade Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) - Campus Baixada Santista entre discentes e docentes durante o ano de 2022. A temática desta escrita é baseada nos diálogos acerca da herança colonial no Mundo do Trabalho Contemporâneo e os efeitos na atuação e reflexões da categoria profissional de Serviço Social. Como principais referências bibliográficas foram utilizados Antunes (2018); Quijano (2010); Iamamoto (2021) e Netto e Braz (2006), dentre outras/os pesquisadoras/es que enriqueceram o arcabouço teórico de maneira crítica e insurgente. Por fim, espera-se contribuir, integrar e suscitar o debate sobre o trabalho com efeito adoecedor na sociedade capitalista e os rebatimentos no interior da profissão.

Palavras-chave: Discussões. Pós-Graduação. Colonialismo. Mundo do Trabalho. Serviço Social.

Essay about Work, Colonialism and Social Work

Abstract: This essay is the product of discussions and syntheses carried out during the Postgraduate Program in the master's degree in social work and social Policies by the Federal University of São Paulo (Unifesp) - Campus Baixada Santista between students and teachers during the year of 2022. The theme of this writing is based on dialogues about the colonial heritage in the Contemporary Labor World and the effects on the performance of the professional category of Social Work. As main bibliographical references were used Antunes (2018); Quijano (2010); Iamamoto (2021) and Netto and Braz (2006), among others researchers who enriched the theoretical framework in a critical and insurgent way. Finally, it is expected to contribute, integrate and arouse the debate on sickening work in capitalist society and the repercussions within the profession.

Keywords: Discussions. Postgraduate studies. Colonialism. Labor world. Social Work.

¹ Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Campus Baixada Santista. Email: acgpicolli@unifesp.br.

² Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Campus Baixada Santista. Email: priuli.b@gmail.com.

³ Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Campus Baixada Santista. Email: debora13cassia@gmail.com.

⁴ Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Campus Baixada Santista. Email: vitoria.miranda03@unifesp.br.

INTRODUÇÃO

O trabalho é uma necessidade natural eterna do ser humano, o capacita enquanto ser social e ser consciente (NOGUEIRA, 2006). Tendo por base o materialismo histórico-dialético, pela perspectiva de totalidade e historicidade, intenta-se trazer para o debate breves reflexões acerca da historicidade do Mundo do Trabalho em solo brasileiro, marcado inicialmente pela mão de obra escravizada dos povos originários e populações africanas, e posteriormente destacam-se os marcos legais no que tange conquistas trabalhistas, alicerçadas após uma longa trajetória de luta e resistência da classe trabalhadora. No entanto, dentro de uma ótica da superexploração (ANTUNES, 2018) e afunilamento de políticas sociais em contexto Neoliberal, a classe trabalhadora que, tem um perfil muito bem definido na estratificação social: preta, periférica e pobre, vem sofrendo uma série de ataques e suspensão de direitos.

A legislação trabalhista no Brasil, desde a década de 1930, estabelece o registro “carteira de trabalho” como fundamento do reconhecimento de direitos trabalhistas. Inicialmente restritos aos trabalhadores urbanos, esses direitos foram estendidos aos trabalhadores rurais apenas nas décadas de 1960 e 1970, quando estes já se transformaram em minoria. Mesmo categorias urbanas numericamente significativas, como a das trabalhadoras e trabalhadores domésticos, só muito recentemente foram contemplados pelo conjunto dessa legislação [...] Leve-se em consideração ainda que muitos trabalhadores, especialmente entre as parcelas menos qualificadas e pior remuneradas, vivenciam experiências de trânsito entre o trabalho com registro formal e aquele sem registro (MATTOS, 2019, p. 84).

O intuito é que o movimento reflexivo aqui desenvolvido permita ir além da aparência imediata e subsidie uma análise a partir da concepção de totalidade, levando em consideração as contradições e a historicidade das relações sociais na sociedade capitalista dependente brasileira. Assim como contribuir para as reflexões no âmbito do Serviço Social brasileiro a respeito de temas que carecem ainda de serem mais aprofundados, reconhecidos e explicados (FERREIRA, 2021) no que tange a constituição da questão social, a formação sócio-econômica do país e os legados desta construção histórica.

DESENVOLVIMENTO

A partir dos anos 1970 o capitalismo passa por um intenso processo de transformação denominado de “globalização neoliberal”, que Chesnais (1996) chama de mundialização do capital. Explicado pelo autor como um período contínuo e extenso de acumulação associado a políticas de privatização, flexibilização, desregulamentação e desmantelamento de conquistas sociais e democráticas. Encerra-se o ciclo conhecido como “anos de ouro” do capitalismo regulado e da social-democracia - caracterizado como período de maior expansão deste modo de proteção, de políticas sociais e medidas de proteção social, e denominado por Iasi (2019) como “[...] encerramento do ciclo histórico aberto pela crise da autocracia burguesa” (IASI, 2019 p. 417). Contexto este, que instaura um novo momento na história da luta de classes e por direitos, tanto mundialmente quanto no Brasil.

Dentro dessa nova configuração, o capital financeiro ocupa posição central no processo de acumulação capitalista. De acordo com Antunes (2018), nas últimas quatro décadas há um modo de trabalho e de vida marcado pela flexibilização e precarização do trabalho, advindos do processo de financeirização e mundialização da economia. Essa “lógica financeira” traz impactos para a dimensão econômica, mas também em outros aspectos da vida e da sociabilidade humana, os quais se apresentam “[...] sustentados na volatilidade, na efemeridade e na descartabilidade sem limites” (ANTUNES, 2018, p. 173).

Antunes (2018) pontua que, quando a vida humana se resume no trabalho, como na maioria das vezes ocorre no capitalismo para a classe trabalhadora, essa vida se torna penosa, alienante e desumanizada, já que o sentido do trabalho que estrutura o capital acaba por desestruturar a humanidade. A humanização, na sociedade do capital, ocorre de maneira desigual. Netto e Braz (2006) afirmam que quanto mais os “homens” incorporam as objetivações do ser social mais se humanizam, mas essa incorporação ocorre conforme as condições sociais oferecidas,

Só em uma sociedade onde todos os homens disponham das mesmas condições de sociabilização (sem exploração e sem alienação) pode oferecer a todos e a qualquer um as condições para que desenvolvam diferencialmente a sua personalidade (NETTO; BRAZ, 2006, p. 47).

As novas configurações trazidas pela reestruturação produtiva, a financeirização do capital e a ideologia neoliberal, atingem diretamente a vida da classe trabalhadora. Antunes (2018) destaca ainda que as/os trabalhadoras/es enfrentam o desemprego estrutural, empregos de curto prazo, temporários, com contratos precários, com base na informalidade, terceirizados, entre outras formas de exploração e burla da legislação trabalhista. Enfrentar essa realidade tem impactos diretos e indiretos na saúde e qualidade de vida da classe que sobrevive do trabalho.

A sociedade capitalista gera sofrimento para aquelas/es que encontram-se alijadas/os das garantias fundamentais de vida e desprotegidos socialmente. Fatores estes que afetam essencialmente a população negra, que desprovida da ocupação formal no mercado de trabalho em condições dignas e conseqüentemente de mobilidade social ou compoendo a camada do exército industrial de reserva - condição vital para a existência e reprodução capitalista (MARX, 2017) é grupo majoritário assolado pela ausência de saneamento básico, insegurança alimentar, adoecimentos de todos os tipos e tantas outras refrações da lógica destrutiva do sistema capitalista. Em suma, o que queremos destacar é que o crivo racial é que define quem deve viver ou morrer na ordem do capital.

A categoria trabalho em Marx (2017) e segundo Netto e Braz (2006) é a atividade projetada, teleologicamente direcionada, que tem finalidade, que cria valor e atende as necessidades humanas. Ele implica o movimento indissociável no plano subjetivo e objetivo. É atividade coletiva, que é a característica que o faz social. O trabalho objetiva o sujeito que o executa, é fundante do ser social, mas este não se reduz ou esgota no trabalho (NETTO; BRAZ, 2006).

Com o processo de valorização do capital por meio da força de trabalho, aumenta-se a acumulação e, conseqüentemente, aumenta-se a desigualdade, criando-se uma relação de dependência entre a acumulação e a necessidade constante de uma massa assalariada, visto que o “aumento do preço do trabalho, que decorre da acumulação do capital significa apenas que, na realidade, o tamanho e o peso dos grilhões de ouro que o trabalhador forjou para si mesmo permitem torná-las menos constringentes” (MARX, 2017 p. 840). Destaca-se que a relação polarizada entre a acumulação capitalista e a questão social⁵, “o que tem resultado (...) simultaneamente, um enorme crescimento da

⁵ A categoria questão social é compreendida no seio da profissão pelos marcos da teoria social crítica e como expressado por IAMAMOTO (2001) é “indissociável das configurações assumidas pelo trabalho” e

riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza” (NETTO e BRAZ, 2006 p. 96), que somada ao crescente e latente exército industrial de reserva, torna-se essencial à acumulação e valorização do capital, ineliminável e insuprimível e a sociabilidade capitalista (NETTO; BRAZ, 2006 p. 97).

Netto e Braz (2006) afirmam ainda que a sociedade burguesa não pode responder de forma humanizada os problemas que ela mesma engendra. Afinal, uma sociedade que se funda na exploração e opressão daquilo que não lhe é universal (o homem branco cis heterossexual), necessita de estruturas produtoras de desigualdades para poder se reproduzir, como é o caso do racismo, sexismo, LGBT+fobia, capacitismo e etc. Conforme demonstram os autores, “quando até a força de trabalho se converte em mercadoria, está posta a possibilidade de mercantilizar o conjunto das relações sociais” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 47).

Nesse processo de mercantilização da vida, corpos e existências que destoam do padrão de humanidade universal tem suas vidas ceifadas, direta ou indiretamente, no cotidiano, seja através do extermínio da juventude negra e de povos originários, ou da histórica falta de acesso e garantia de direitos para essa população que sofre com o processo de desumanização. A relação entre os homens aparece como relação entre coisas e, essa mesma população que sofre cotidianamente com o processo de desumanização, conseqüentemente, é atingida pela coisificação de sua existência.

Um dos eixos fundamentais que estrutura o capitalismo é a classificação social a partir da raça (QUIJANO, 2005). O racismo é uma ideologia (MOURA, 1994; GONZALEZ, 2011) que foi amplamente utilizada para justificar a expansão de nações dominadoras sobre áreas por estes dominadas ou a dominar, fornecendo as bases necessárias para o processo de colonização. Clóvis Moura explicita que

Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas” (MOURA, 1994, s/p).

“[...] parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001 p. 10). “A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e do poder estatal” (IAMAMOTO, 2001 p. 16/17).

O colonialismo caracterizou-se como um regime político e econômico de dominação/exploração de um povo sobre o outro a partir de sua apropriação material, econômica e subjetiva. Esse processo de dominação se desenvolveu para além do plano material e econômico, alcançando o plano da subjetividade, o universo simbólico, as origens e costumes dos povos colonizados, da linguagem e da produção de conhecimento (QUIJANO, 2005).

Mesmo com o fim dos processos de colonização, os impactos da expropriação econômica, cultural e subjetiva causados por anos de exploração e subjugação estão presentes na realidade dos países que foram colonizados. Quijano (2005) utiliza o conceito de colonialidade para definir as situações coloniais as quais estes países estão expostos, de acordo com o autor a colonialidade caracteriza-se como a reprodução/continuidade do pensamento e das práticas coloniais, as quais se expressam nas mais diversas formas e relações de opressão cultural, política e econômica nos países que passaram por regimes de exploração coloniais.

O capitalismo utiliza da articulação de formas históricas de controle do trabalho e seus produtos para benefício do próprio capital, na América Latina, onde povos foram despojados de suas identidades históricas, podemos observar a reprodução da colonialidade enquanto ferramenta de aprofundamento da exploração e para a manutenção desse sistema. Quijano (2005) ao discorrer sobre os povos latinoamericanos aponta que

[...] sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores (QUIJANO, 2005, p. 127).

É no próprio processo de colonização, através da racialização, que se consolida o padrão de homem branco cis e heterossexual enquanto ser humano universal, tudo que lhe é diferente ou contrário é desumanizado. A família patriarcal é decorrente deste padrão branco de humanidade e é parte intrínseca da sociedade capitalista (NOGUEIRA; PASSOS, 2020). Enquanto herança do colonialismo, a família patriarcal burguesa, mesmo enquanto padrão possível e aceito de agregação familiar, não é destinada a todos, devido a desumanização e destinação a homens e mulheres negras do lugar do “não-ser” (NOGUEIRA; PASSOS, 2020). Akotirene (2018) traz essa construção ocidental a partir da diferenciação pela aparência, onde preconceitos de cor, geração, capacidade física,

orientação sexual, entre outros, aperfeiçoam opressões sofridas por sujeitos que destoam do padrão de normalidade supracitado. A autora, ao discorrer sobre interseccionalidade, pontua,

Em vez de somar identidades, analisasse quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionais idades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz da opressão, sob a forma de identidade (AKOTIRENE, 2018, p. 27).

Esse lugar do Outro, a partir da construção da superioridade branca, determina e atravessa as vivências e experiências de sujeitos ao decorrer de suas trajetórias de vida. Ademais, determina quem tem direito não apenas ao acesso e manutenção de direitos fundamentais, mas também quem tem por garantida a livre manifestação e luta por ampliação e efetivação desses direitos. A luta pela terra, pela alimentação, educação, saúde, pela garantia da vida, sempre foi alvo de diversos ataques quando manifestada por esses Outros, alijados historicamente das condições básicas de reprodução da vida.

O avanço do neoliberalismo e o aprofundamento das desigualdades sociais aliado a uma redução, precarização, focalização e fragilização de políticas sociais coloca para o Serviço Social a necessidade de aperfeiçoamento da capacidade intelectual da categoria profissional, principalmente no que tange o fortalecimento da construção e conservação de políticas públicas e mecanismos de enfrentamento das expressões da questão social, sempre atrelado a observação e compreensão das possibilidades e limites da atuação profissional (MOTA, 2017).

Como afirma Iamamoto (2021, p. 19),

O maior desafio dos/as trabalhadores/as - e da categoria de assistentes sociais enquanto partícipes desse coletivo - é construir politicamente a resistência coletiva – apoiada nas representações de trabalhadores/as e forças de esquerda - na defesa da vida e de interesses, necessidades e projetos da classe trabalhadora no Brasil de hoje, no conjunto de seus segmentos particulares e na totalidade das dimensões de raça, etnia, território, gênero e sexualidade, ocupando o espaço público e assegurando a sua visibilidade social.

O cenário apresentado tem rebatimentos na profissão e condições de trabalho das/os assistentes sociais, já que enquanto especialização do trabalho coletivo e parte da classe trabalhadora observa-se estes rebatimentos particularizados na relação contraditória entre a precarização do trabalho e o alargamento das demandas profissionais no âmbito da hegemonia das políticas neoliberais. Estes impactos estão na

ordem da desregulamentação do trabalho marcada pela economia de trabalho vivo, insegurança laboral, desproteção trabalhista e social, subcontratação de serviços individuais, aumento das parcerias público privadas, dentre outros elementos que resultam em respostas parciais às cada vez mais complexas expressões da questão social, assim como retratam um contexto onde lida-se cada vez mais com requisições indevidas por parte das instituições e que configuram o cenário atual do mundo do trabalho: de intensificação da exploração e da precarização, da insegurança e instabilidade, da informalidade e da exaustão, com vistas a garantir a necessidade do capital de expansão e garantia do mais valor (FERREIRA, 2021).

Em suas distintas inserções, o/a assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas, em suas relações sociais, por determinações macrossocietárias, especialmente as clivagens de classe. Não tratamos com fragmentos da vida social, mas com sujeitos que condensam, em suas vidas, singulares determinações abrangentes da vida em sociedade, que se expressam tanto nos atendimentos individuais e nos grupais, quanto no trabalho com populações nas “comunidades”. O/A assistente social é, portanto, desafiado/a a desentranhar da vida dos sujeitos singulares as dimensões históricas universais e particulares nela presentes, como condição de transitar as suas necessidades da esfera privada para a luta por justiça e por direitos na cena pública. Isso requer, de nossa parte, competência teórico metodológica para ler a realidade e integrar os fios que articulam o singular no coletivo, como a pesquisa e o conhecimento do modo de vida e trabalho dos segmentos sociais com os quais trabalhamos (IAMAMOTO, 2021 p. 37).

A superexploração do trabalho em território de América Latina integra classe, raça e cisheteropatriarcado, que historicamente vem demonstrando a potência da dominação capitalista e seus trágicos e violentos desdobramentos para a classe trabalhadora. Segundo Iasi (2019), no Brasil, a superexploração denota ainda mais dramaticidade às expressões da questão social, nesse sentido o Estado Burguês soube desenvolver a combinação perfeita entre momentos de consenso democrático mediados por instrumentos coercitivos modernos ou antigos. Assim,

A debilidade democrática e o caráter antipopular do Estado brasileiro amplificam e tornam contemporâneos os traços autoritários e violentos que se valeram por tantos séculos do trabalho escravizado de indígenas e africanos, do roubo da terra e das riquezas naturais e do fundo trabalhador, exposto no orçamento estatal (PAIVA; CARRO; LUZ, p. 125, 2022).

É fundamental para a categoria profissional o avanço das discussões e da análise crítica no sentido de compreender as especificidades da estruturação do sistema capitalista e, conseqüentemente, as expressões da questão social, as quais as/os assistentes sociais são chamadas/os a enfrentar em seu cotidiano de trabalho, não só no

sentido da intervenção na realidade, mas também como possibilidade de pensar criticamente e produzir teoricamente com objetivo de contribuir de fato com a construção de uma outra sociedade. Além disso, é relevante a aproximação sucessiva destas análises no sentido do fortalecimento do compromisso da categoria com o movimento dialético e crítico no caminho da reflexão constante tanto da formação quanto no exercício da práxis profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ademais, ao repensar a profissão enquanto possível reprodutora e ferramenta para manutenção do sistema racista, compreende-se que o racismo ocorre de maneira sutil ou escancarada, isto é, o racismo está na visita domiciliar, na qual a/o profissional enxerga a família negra, permeada por estereótipos, e não faz análise de totalidade – seja pela ausência de arcabouço teórico e/ou pelo apego, ainda que inconsciente ou não, ao racismo estrutural –, classificando-a simplesmente enquanto agente culpabilizado e única responsável pela condição social em que está inserida; está no olhar reprovador às religiões de matriz africana, tendo em vista que apesar da origem atrelada à Igreja Católica, a profissão assumiu caráter laico e em defesa da liberdade de expressão; ou no olhar de desprezo para os adolescentes pretos em medidas socioeducativas, em que muitas vezes a equipe reverbera inescrupulosamente que o fim daquele menino será a prisão ou a morte. Em tempo, a caneta também mata, o relatório social enquanto instrumento de análise pode ser ferramenta de condenação, se escrito em solo fértil de preconceitos.

Desse modo, cabe ao Serviço Social que tem como um de seus princípios fundamentais do Código de Ética a defesa da liberdade como valor ético central e das demais políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, o combate expressivo ao racismo por meio do debate, denúncias, busca pelos direitos sociais dos usuários que em sua grande maioria, são negros, sujeitos alvo principal das políticas sociais, criando alternativas de enfrentamento a todas as formas de discriminação, já que “[...] o conhecimento criterioso dos processos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais” (IAMAMOTO, 2008, p.200).

Pois, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, que emerge com o objetivo de servir ao capital, mas assume no decorrer de sua trajetória o caráter ético-político em defesa dos direitos sociais, e que tem como ferramenta de trabalho as expressões da Questão Social, deve se opor a qualquer tipo de preconceito e combatê-lo. Sendo esta também uma das competências expressas e garantidas no Código de Ética.

O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de relações e interesses entre as classes sociais. Como a sociedade é portadora de projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade –, tem-se um terreno histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis de projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria, profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (IAMAMOTO, 2021 p. 26).

Entretanto, enquanto categoria dinâmica, o Serviço Social não está imune ao caldo conservador da sociedade, justamente por isso, as/os profissionais devem ser vigilantes em suas ações cotidianas no exercício profissional e pessoal, tendo em vista que não existe uma separação como uma muralha chinesa que divide os dois campos (MATTOS, 2015, p. 864). Mattos (2015) ainda chama a atenção para o “autoengano”: enganam-se os assistentes sociais que acreditam cegamente nessa suposta divisão, pois as esferas são dependentes, é impossível tratar antifascismo, antirracismo, antimachismo, antilgbqi+fobia, entre outras formas de violência, como um uniforme para atuar no espaço de trabalho que se pode despir após bater o horário e vesti-lo no dia seguinte.

Destaca-se ainda que os rebatimentos advindos da reestruturação produtiva estruturada num modelo de acumulação flexível e com base no adoecimento compõem o que Antunes (2018) chama de desenho multifacetado da nova morfologia do trabalho no Brasil. Esse desenho preconiza jornadas de trabalho mais intensas, aumento do número de acidentes e doenças laborais, fragilidades nas legislações trabalhistas e na organização sindical, formas de contratação precárias, salários vinculados ao cumprimento de metas ou produtividade, enfim, fatores que caracterizam o contexto de desemprego estrutural, de precarização do trabalho e superexploração. Que sem limites exaure a saúde física e mental da classe trabalhadora,

Eles são parte das forças sociais do trabalho que participam, direta ou indiretamente, da geração de mais-valor e da valorização do capital. São trabalhadores e trabalhadoras que oscilam entre a grande heterogeneidade em sua forma de ser (gênero, etnia, geração, espaço, qualificação, nacionalidade

etc.) e a impulsão tendencial para uma forte homogeneização que resulta da condição precarizada presente em distintas modalidades de trabalho que se ampliam em escala global. Essas distintas modalidades de trabalho vêm desempenhando um papel de destaque não só na criação de novas formas geradoras de mais-valor, mas também no desencadeamento de novas lutas sociais, das quais os assalariados da indústria, da agroindústria e de serviços têm tido papel de relevo (ANTUNES, 2018 p. 157).

Por fim, reafirmamos que o intuito deste ensaio é para além de fomentar debate e socializar conhecimento, é ser instrumento de construção coletiva, é permitir-se poder esperar com as/os colegas de categoria profissional, espaço acadêmico, trabalho e usuárias/os dos equipamentos um horizonte engajado nas potencialidades e na luta. E se, ainda que em determinados momentos nos coloquemos a parafrasear Mauro Iasi (2013) e questionar: “Vale a pena?”, que possamos juntas/os crer o que ele aponta no fim do poema: “Mas, quando em camaradas nos encontramos e ousamos sonhar futuros. Quando a teoria aclara a vista e com o povo, ombro a ombro, marchamos. Respondemos: vale a pena viver, quando se é comunista”. Assim, que nossos encontros sejam permeados de afetos fincados na luta e no compromisso ético político.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- FERREIRA, C.M. O trabalho via aplicativos: exponenciação do valor na era flexível-digital. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 353-366, jan./jun. 2021.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora**. CFESS: Diálogos do Cotidiano – Assistente social. Reflexões sobre o cotidiano profissional – Caderno 1; 2021, p. 16-48.
- IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF): ABEPSS, Ano 2, n. 3, 2001. Item 1.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. II pp. 155-167.

IASI, M. L. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). *Soc. Soc.*, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019.

MARX, K. **O capital – crítica da economia política**. Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2017. Seção VII - O processo de acumulação do capital. Capítulo 23 - A lei geral de acumulação capitalista, pp. 689-770.

MATOS, M. C. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. *Serviço Social & Sociedade* [online] 2015, n 124 [Acessado 27 de fevereiro de 2023], pp. 678-698. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.046>.

MATOS, M. C. **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. CRESS Espírito Santo [online] 2020, [Acessado em 20 de fevereiro de 2023], pp.1-9. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo**. São Paulo, Boitempo, 2019. 1. ed. pp.84.

MOTA, A. E. **80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura**. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2017, n. 128 [Acessado 18 Janeiro 2023] , pp. 39-53. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.092>. ISSN 2317-6318.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**. 2006.

O COMUNISTA. Blog. **Vale a pena viver quando se é comunista**. Junho, 2013 [Acessado 02 Março 2023]. Disponível em: <http://comunista-o.blogspot.com/2013/06/poesia-mauro-iasi-vale-pena-viver.html>.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 117-142.